

REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FUNDIÇÃO CAPUNGA, RECIFE – PERNAMBUCO¹

REFLECTIONS ON PUBLIC ARCHAEOLOGY, HERITAGE EDUCATION, AND THE "KNOWLEDGE OF EXPERIENCE" IN THE ACT OF EDUCATING FOR

Amanda de Azevedo Cavalcanti Tavares²

Amanda de Lima Costa Pestana³

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos⁴

Cláudia Alves de Oliveira⁵

Fabiano Henrique do Nascimento⁶

Túlio Barbosa de Oliveira⁷

Resumo: O processo de desindustrialização, desuso e desmonte do patrimônio industrial é constante em meio às transformações urbanas. Logo, a análise de um bem industrial edificado e suas transformações permite elucidar questões valorativas que representam contextos históricos, sociais e culturais, assim como compreender suas diferentes conformações e funcionalidades ao longo do tempo. Assim, este estudo propõe analisar a reutilização arquitetônica da antiga Fundação Capunga, localizada em Recife. Inaugurada em 1932, a fábrica produziu desde equipamentos para usinas de açúcar, como materiais diversos para os setores têxtil, alimentício, cerâmico e de extração, exportando para várias regiões do país. A pesquisa fundamentou-se nas temáticas patrimônio industrial e reutilização arquitetônica de remanescentes industriais; e no levantamento histórico, fotográfico e analítico do conjunto construtivo da Fundação Capunga. **Palavras-chaves:** Patrimônio industrial, arquitetura, Fundação Capunga.

Abstract: The process of deindustrialization, disuse and dismantling of industrial heritage is constant in urban transformations. Therefore, the analysis of a built industrial heritage and its transformations allows to elucidate questions of value that represent historical, social, and cultural contexts, also to understand how its conformations and functionalities have changed over time. This study intends to analyze the architectural reuse of the former Capunga Foundry, in Recife. Founded in 1932, the factory produced everything from equipment for sugar mills to materials for textile, food, ceramics, and extraction sectors, exporting to many regions of the country. The research was based on the themes of industrial heritage and architectural reuse of industrial remains; and the historical, photographic, and analytical investigation of the Capunga Foundry's building complex. Today, the building still preserves its architectural characteristics and is part of the Maurício de Nassau University campus, integrating functional adaptation with the formal and aesthetic characteristics of the old building. **Keywords:** Industrial heritage, Architectural reuse, Capunga Foundry.

¹Trabalho apresentado na III Semana de Arqueologia da UFPE.

² Mestre em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: amanda.ctavares@ufpe.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (UFPE). E-mail: amanda.limacosta@ufpe.br

⁴ Docente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: ana.tramos@ufpe.br

⁵ Docente do Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: claudia.oliveira@ufpe.br

⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (UFPE). (Bolsista CAPES). E-mail: fabiano.henrique@ufpe.br

⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (UFPE) E-mail: tulio.barbosa@ufpe.br

O Patrimônio Industrial e sua reutilização como proposta de conservação

No Brasil, considerando a grande diversidade patrimonial existente, é notável que bens culturais que remetem aos períodos de industrialização – sejam eles de natureza material ou imaterial – de algum modo, ainda podem ser encontrados nos dias de hoje, inseridos tanto em meio a complexa trama urbana de uma cidade, quanto em paisagens ou contextos rurais.

Os Princípios de Dublin (2011) explicam melhor ao afirmar que o patrimônio industrial pode ainda, em muitos lugares, estar ativamente imbuído de algum significado utilitário ou simbólico por manter uma dada continuidade histórica para a sociedade vigente, como também pode estar somente reduzido a vestígios de um passado. Ainda assim, este tipo de patrimônio comumente se encontra em risco iminente devido à falta de reconhecimento; proteção; efeitos de mudanças econômicas e urbanas; impressões negativas relacionadas ao meio ambiente, assim como por causa da natureza dimensional complexa e de alta manutenção incorporadas por tais edificações.

Dessa maneira, o patrimônio industrial só veio ser considerado, de fato, um bem cultural em meados da década de 1950, na Inglaterra, quando transformações urbanísticas acarretaram a demolição de importantes testemunhos da industrialização do país. E nesse momento, os movimentos de reconhecimento e preservação do patrimônio industrial passaram a relacionar-se intimamente com as abordagens disciplinares da Arqueologia Industrial (Rodrigues; Camargo, 2010)

Segundo Thiesen (2006), o objetivo da Arqueologia Industrial seria estudar e compreender, a partir dos instrumentos teórico-metodológicos da Arqueologia, os processos de mudanças sociais, culturais e econômicas ocasionadas pela industrialização do país, através da interpretação de evidências materiais atribuídas a contextos e atividades industriais. Tais atribuições estariam relacionadas a espaços fabris urbanos e rurais (fábricas e usinas, por exemplo); uso de tecnologias de cunho energético e para transporte (máquinas a vapor e ferrovias, por exemplo); conjuntos edificados e bens móveis ligados a processos produtivos industriais.

Já no Brasil, de acordo com Berenstein de Azevedo (2010), os primeiros estudos sobre patrimônio industrial iniciaram somente por volta da década de 1970, contudo, ainda assim

observa-se a incipiência de pesquisas e difusão de ações preservacionistas relativas a este tipo de patrimônio. Dito isto, o patrimônio industrial precisa ser, definitivamente, considerado bem atribuído de valor e integrante do patrimônio cultural em geral.

A importância e valorização do patrimônio industrial hoje, remontam ao fenômeno histórico que foi a Revolução Industrial. Este grande evento marcou profundamente grande parte da Humanidade, gerando importantes mudanças tecnológicas, econômicas e culturais e, portanto, toda sua materialidade é impressa de valor histórico e seu estudo e conservação devem ser reconhecidos. De uma forma geral, o Patrimônio Industrial engloba desde edifícios e estruturas construídas para as atividades industriais; utensílios e maquinarias; espaços e paisagens relacionadas, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis que estejam atreladas ao conhecimento e modos de fazer industriais (The International Committee for The Conservation of The Industrial Heritage, 2003).

De acordo com o TICCIH⁸ (2018), nas últimas décadas do século XX, ocorreu paulatinamente um processo de desindustrialização, que deixou à disposição uma grande quantidade de bens industriais edificados devolutos. Sendo assim, o desafio contemporâneo recai sobre o potencial que tais bens possuem ao serem adequados a soluções mais qualitativas e funcionais e, sobremaneira, contrárias a ações de desuso e demolição.

Logo, o emprego de obras de restauro, conservação e reutilização desse tipo de bem patrimonial são tidas como medidas possíveis e apropriadas para evitar qualquer tipo de intervenção de desmonte do patrimônio e, por outro lado, de criar meios convergentes entre a preservação memorial e paisagística e o crescimento econômico e modernização urbana.

A questão da reutilização é tratada em três diferentes momentos na Carta de Nizhny Tagil (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003), demonstrando assim a pertinência do debate sobre propostas já aplicadas e projetos futuros que incidirão sobre diferentes sítios industriais:

⁸ The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comitê para a Conservação do Patrimônio Industrial).

No eixo Proteção Legal:

iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a **reutilização**, pode constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais (grifo nosso).

No eixo Manutenção e Conservação:

v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta **reutilização** implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos (grifo nosso).

E no eixo A importância da identificação, do inventário e da investigação:

ix. Os sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projectos de restauro e de **reutilização** (grifo nosso).

Comumente, os processos de reutilização de sítios históricos industriais envolvem disputas económicas, políticas e culturais que muitas vezes não entram em conciliação, prorrogando assim o estado de abandono e/ou ruína de muitos prédios.

No Brasil e no mundo encontramos exemplos concretos e projetos de reutilização de edifícios industriais para variadas atividades (Meister, 2022). Para o contexto brasileiro, diversas antigas estações e garagens ferroviárias foram recuperadas para servirem a atividades administrativas municipais, como também outros prédios de diversos tipos de fábricas e indústrias. Além disso, temos os casos da antiga fábrica têxtil São Braz, em Salvador (Castore, 2012); da vila operária da Fábrica de Tecidos Cometa, em Petrópolis (Rosa, 2012); do Engenho Central, de Piracicaba (Campagnol, 2012).

Em Pernambuco, a reutilização de espaços fabris pode ser vista em exemplos como a Fábrica da Macaxeira, que teve sua edificação adaptada para uma escola de referência, escola técnica e biblioteca, enquanto o espaço exterior que também pertencia à fábrica foi transformado em um

parque urbano (Barreto, 2015). A antiga fábrica Fiação e Tecidos de Malha de Pernambuco, localizada no bairro da Várzea, atualmente abriga a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, sendo mais um símbolo da reutilização de edificação fabril (Oliveira, 2019). Em contrapartida, tais exemplos são exceções frente ao constante abandono, arruinamento ou mesmo demolição que as edificações fabris são expostas, como o caso da antiga fábrica de refrigerantes Fratelli Vita localizada no bairro da Boa Vista que hoje dá lugar a um edifício residencial que faz referência ao seu nome e possui em seu hall de entrada a trajetória da fábrica e de seus produtos (Coutinho, Pestana, Dourado, 2023).

Com base nesses casos e na importância do debate sobre a reutilização de edifícios industriais, esse artigo pretende discutir o processo de reuso da antiga Fundação Capunga, levando em conta os aspectos modificados, os preservados assim como o que pode ser aprendido com tal intervenção.

Como aporte metodológico para a fundamentação analítica e contextual desse trabalho preliminar, realizamos pesquisas bibliográficas, documentais e imagéticas em acervos físicos e digitais que incluem jornais, revistas, livros e sites que abordassem o patrimônio industrial e sua reutilização, bem como a história da fundição. Também foi realizada, pelo Grupo de Estudos do Patrimônio Industrial de Pernambuco (Gepipe)⁹, uma pesquisa de campo que consistiu no levantamento fotográfico do conjunto construtivo associado à antiga fundição.

Capunga: surgimento de um bairro em Recife

A antiga Fundação Capunga, objeto de estudo deste trabalho, funcionou por muitos anos no bairro homônimo, atual bairro das Graças em Recife, Pernambuco. O bairro Capunga, assim como demais bairros próximos, tiveram grande parte de sua origem determinada através do processo de loteamento e arrendamento de terras privadas ou sítios ao longo do século XIX naquela região.

⁹ O Grupo de Estudos do Patrimônio Industrial de Pernambuco foi criado em 2019 e é composto por estudantes e professoras da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como principal objetivo realizar pesquisas, divulgar e preservar o patrimônio e memória industrial do Estado de Pernambuco.

Inicialmente, é importante ressaltar que o desenvolvimento e povoamento da área litorânea de Pernambuco muito se deve à economia açucareira e o estabelecimento de engenhos e usinas de açúcar. Contudo, se por um lado muitas cidades em Pernambuco e bairros em Recife formaram-se por conta de antigos engenhos, um movimento contrário de desenvolvimento, ou seja, no espaço rural também ocorreu. Gonsalves de Mello (2001) afirma que diante de toda a riqueza atrelada à produção do açúcar no Estado, obviamente parte destes ganhos afluíam nos portos do Recife, desenvolvendo e ampliando o povoamento na cidade.

Dessa forma, áreas portuárias, armazéns e povoados foram surgindo e expandindo-se ao longo das margens do rio Capibaribe e suas camboas desde o século XVI. Outro fator que muito influenciou o povoamento das áreas marginais ao Capibaribe, foi o fato que em meados do século XVIII circulava a informação sobre os benefícios medicinais dos banhos com as águas deste rio. Com a popularização deste costume, começam as primeiras divisões de grandes propriedades na região em sítios, os quais seriam aos poucos arrendados, surgindo as primeiras freguesias ou bairros, muitos destes com suas próprias paróquias e comércio local (Gonsalves de Mello, 2001).

Nesse contexto, dentre muitos bairros que hoje ainda preservam seu nome, surgia o sítio Capunga. Segundo Pereira da Costa (1987) e Silva (2003), a área que abriga Capunga teve origem por conta do loteamento de uma grande área que se limitava, de uma maneira geral, entre a Camboa do Manguinho (atual Parque do Amorim); a Estrada do Manguinho (hoje, a Avenida Rui Barbosa); as Ruas da Baixa Verde e antiga Rua da Ventura (Atual Rua Joaquim Nabuco) e às margens do Capibaribe.

Segundo dados do Diário de Pernambuco (1835) e Gonsalves de Mello (2001), o sítio Capunga teria sido loteado em dois momentos: em 1835 as terras do sítio de Nicolau Gadault (sítio Capunga) são loteadas e em 1845 ocorre o mesmo com as terras do sítio do Dr. Jacobina. Dessa forma, a região da Capunga passou a ser denominada de “Capunga Velha” (perímetro da atual rua Joaquim Nabuco) e “Capunga Nova”, (Perímetro dos atuais Quatros Cantos e rua das Pernambucanas).

Segundo Gonsalves de Mello (2001) e Silva (2003), o bairro destacou-se por ser aprazível ao estabelecimento de moradias e receptivo ao progresso, comércio e indústria. Em 1872, a

freguesia de Capunga e Graças já registrava uma população superior a 5500 pessoas; entre 1854 e 1915 foi rota e parada de diligências, linha férrea de maxambombas, bondes puxados a cavalo e bondes elétricos, além de uma área de porto (porto Lasserre) que outrora conectava vários pontos da cidade; entre os anos de 1849 e 1865 já possuía comércio (sorveteria, hotel), centros de entretenimento e lazer (clube, teatro).

Em adição, pode-se dizer que o bairro detinha uma área industrial em expansão, pois já teria abrigado uma fábrica de beneficiamento de arroz que pertenceu à firma comercial Loureiro Barbosa e Cia (produção, compra e venda de produtos variados), que mais tarde viria dar lugar a Fundação Capunga, nas primeiras décadas do século XX (Diário de Pernambuco, 1915).

Especificamente na região do primeiro loteamento, onde estava localizado o sítio Capunga, uma das primeiras residências a serem construídas no local foi erguida pelo francês Bernard Lasserre. Trata-se de um sobrado de estilo neoclássico com 2/3 pavimentos à margem do rio Capibaribe, próximo à área onde viria a ser construído um porto destinado ao embarque e desembarque de canoas, o Porto Lasserre. Neste mesmo trecho da Capunga, uma ponte de ferro foi erguida em 1884 para a passagem dos trens urbanos (maxambombas), que uniriam os bairros da Capunga e Madalena. Por conta disso, a ponte passou a ser chamada de Ponte Lasserre, a atual Ponte da Capunga (Gonsalves de Mello, 2001; Silva, 2003).

Analisando a espacialidade, expansão populacional e desenvolvimento do traçado urbano da Capunga e bairros adjacentes, confirma-se que a área em que se instalou a antiga Fundação Capunga está situada na Velha Capunga (Figura 1) ou antigo sítio Capunga (Nicolau Gadault), do qual Gonsalves de Mello (2001) infere a origem do nome da freguesia em questão.

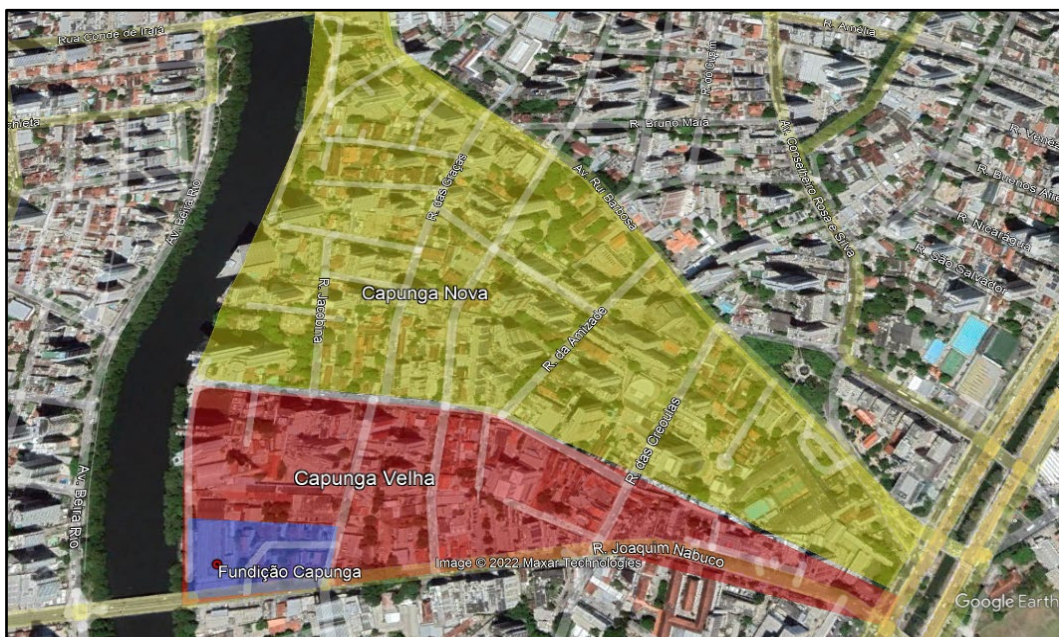


Figura 1: Capunga Velha (Fundição Capunga) e Capunga Nova (Rua das Pernambucanas), Recife. Fonte: Adaptado do Google Earth (2022).

Uma breve história da Indústria Metalúrgica no Brasil e na cidade do Recife

Segundo Landgraf, Tschiptschin e Goldenstein (1994), a história da metalurgia no Brasil por vezes passa despercebida por conta do domínio e força da economia açucareira que por longos anos esteve ativa em meio ao processo de desenvolvimento dos principais centros urbanos da colônia. Dessa forma, é conhecido que as primeiras atividades metalúrgicas no país eram desempenhadas por artífices especializados, tais como ferreiros e caldeireiros que geralmente estavam presentes em grupos de oficinairos vindos de Portugal. Além disso, o fato de existir uma proibição do acesso e aprendizado de ofícios por grupos indígenas e povos escravizados também explica a inexistência de organizações de ofícios genuinamente brasileiras, inicialmente.

No início, a matéria bruta era importada e era utilizada de forma absolutamente específica por conta dos custos envolvidos. Entre o final do século XVI e início do XVII, o Brasil passou a exercer a metalurgia extrativa, que seria inaugurada e realizada em São Paulo pelos “engenhos de ferro”. Em meados do século XVII, com o advento da mineração no Sudeste do país, uma forte corrente migratória é desencadeada para o interior e a metalurgia do ouro ganha destaque,

principalmente com as casas de fundição em Minas Gerais, que de forma rudimentar, realizavam o refinamento deste valioso produto (Landgraf, Tschiptschin, Goldenstein, 1994).

No início do século XIX, com a vinda da Família Real ao Brasil, medidas a favor de mudanças na política e economia colonial foram tomadas. Logo, após a abertura dos portos foi permitida a instalação de núcleos manufatureiros que incentivaram o crescimento e desenvolvimento industrial no país. Dessa forma, a metalurgia no Brasil expande-se e passa a ganhar força, surgindo várias forjas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, dentre elas a Real Fábrica de Ferro do São João do Ipanema, em Sorocaba, iniciada em 1810 (Santos, 2009).

Em Pernambuco, segundo Pereira da Costa (1987), pode-se dizer que o desenvolvimento da indústria metalúrgica começou por meio de aviso governamental às câmaras municipais, em 1795, para a permissão do estabelecimento de fábricas e exploração do ferro no Estado. Contudo, as oficinas deveriam, em contrapartida, realizar um pagamento em face à perda dos direitos sobre a importação de produtos em ferro e da própria matéria-prima que vinha de Portugal. Anos mais tarde, em 1829¹⁰, um estabelecimento completo e inteiramente montado e apropriado para o ofício é fundado em Recife. Harrington e Starr fundam a Fundação da Aurora, a qual teria sido uma das primeiras fundições de funcionamento regular no Brasil, produzindo as máquinas a vapor encomendadas por senhores de engenho do Estado.

A princípio, o edifício da fábrica teria sido transferido em 1847 para um grande prédio localizado entre as ruas Aurora e do Lima e seu antigo endereço permaneceria como o escritório central para administração e recebimento de encomendas (Pereira da Costa, 1987; Silva, 2020).

De acordo com informações jornalísticas da época em que a Fundação Aurora estava em atividade (Diário de Pernambuco, 1842), ela anunciava a produção e venda de maquinários e moendas para engenhos, máquinas a vapor, utensílios e grandes objetos de ferro, tais como tachos, jarras e moinhos, bem como projetos de engenharia encomendados.

¹⁰ Segundo Pereira da Costa (1987), Recife já possuía uma fundição em 1821. A mesma já teria produzido itens em ferro para algumas igrejas de Olinda e Recife. Tal estabelecimento existiu, aparentemente, até 1834. Porém, em termos oficiais, somente em 1829, com a Fundação da Aurora, é que de fato se tem início uma era da indústria metalúrgica em Recife.

Segundo Foot e Leonardi (1982), na história da indústria metalúrgica no Brasil, fábricas como a fundição Aurora são consideradas indústrias de transformação, pois produzem e desenvolvem-se a partir da demanda e manutenção de outras indústrias, serviços da cidade e seu entorno. Tornaram-se muito comuns no século XIX e geralmente localizavam-se em centros urbanos. É exatamente desse tipo de indústria metalúrgica que se tem poucas informações sobre o surgimento, funcionamento e técnicas utilizadas e trata-se do caso sob estudo, a Fundação Capunga.

A Fundação Capunga (E. Lucena s/a Indústrias Metalúrgicas)

Euclides Lucena, fundador da firma E. Lucena S/A Indústrias Metalúrgicas, nasceu em 10 de julho de 1903, em Glória do Goitá (PE). Chegou ao Recife ainda jovem, onde trabalhou em escritórios da Contadoria da *Great Western*, depois no escritório da Fábrica da Torre e em seguida na firma Rafael Abenanti & Cia. Em 10 de maio de 1932 fundou a metalúrgica tratada neste trabalho (Diário de Pernambuco, 1958).

Inicialmente, eram fabricadas chapas de fogão, braseiros, fogareiros e peças equivalentes. Com o passar dos anos a empresa se especializou cada vez mais e passou a produzir máquinas e equipamentos para diversas indústrias, englobando usinas de açúcar, indústrias têxteis, extrativas, de alimentação, cerâmicas etc. (Diário de Pernambuco, 1972). A empresa foi responsável pela mobília da Casa de Saúde São João, na época considerada um dos mais completos hospitais da América do Sul, com camas, berços, cadeiras, mesas, vitrines, lustres, lampiões e depósito de material cirúrgico. Mobiliando também a Casa de Saúde Maria Lucinda, Maternidade Freitas Lins, Hospital dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool, Maternidade da Brigada Militar, ambulatório da Usina Nossa Senhora do Carmo, Serviço Social da Indústria (Sesi), etc. (Diário de Pernambuco, 1949).

A Fundação também era responsável pelo fornecimento de peças de grande porte para a Usina Santa Tereza, tambor para a Usina Capibaribe, cilindro para Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco S/A, fundindo em 1949 cerca de 30.000 kg de peças de ferro por mês. Em 1942, ampliando suas atividades, também foi instalada uma serralharia pertencente à firma para elaboração de esquadilhas metálicas, portões, gradis, portas de aço e serviços de ferro no geral que, posteriormente, já se destacava por sua máquina de ondular chapas para portas corrugadas

e confecção de esquadrias basculantes, portas artísticas e carrinhos de mão (Diário de Pernambuco, 1949; 1942).

Em 1949, chegou de Londres para a fundição um forno de aço com capacidade de suportar 2 toneladas por hora, sendo o primeiro forno desse tipo a chegar ao Brasil após a segunda guerra e considerado o maior do nordeste do país. Ficou a cargo do engenheiro Walter English a direção da montagem desse forno no início de 1950, atendendo as demandas não apenas da capital pernambucana, mas também dos estados da Bahia e Amazonas (Diário de Pernambuco, 1949; 1950; 1958).

Além do aumento de produção, com o passar dos anos foi-se percebendo a necessidade de investimento em novas áreas, e em 1958 é inaugurada a primeira Fábrica de Peças de Ferro Esmaltadas, também pertencente à firma E. Lucena S/A Indústrias Metalúrgicas (Diário de Pernambuco, 1958).

Devido aos investimentos empregados tanto no forno quanto na instalação de serraria e fábrica de ferro esmaltado, o material produzido passou a ser cada vez mais abrangente. Os materiais para a indústria pesada incluíam tambores e esmagadores para moendas de usina de açúcar, carretas e enxofreiras rotativas, esquentas-caldo, navalhas, colunas barométricas, cristalizadores, filtros-prensa, mancais, crivações, balaios de turbina, eixo de moenda etc. Para indústria leve, os equipamentos eram formados por arado, enxadas, braseiros, chapas para fogão, peso para balança, pesos enceradores, tampões para galerias, conexões para saneamento e postes para iluminação pública (Diário de Pernambuco, 1958).

Anos depois, a Fundação também agregou uma oficina para conserto de motores e peças de qualquer tipo e tamanho e estoque variado para todos os artigos produzidos na empresa. O intuito de conter peças em estoque era atender a pedidos de conexão para saneamento e tampões de galeria, sendo encontrados na pronta entrega itens como conexões de ferro preto para saneamento, sifões e caixas sifonadas, ralos e grelhas para esgoto, tampões de ferro para galerias, bocas de lobo para sarjetas, lampiões e postes (Recife Antigo), mesas e cadeiras de ferro, bancos para jardins de diversos tipos, chumbo, solda e grafite para fundição, pias de ferro esmaltadas. A fábrica prosseguiu com a confecção de materiais de indústria pesada e passou a fabricar itens de agricultura como arados tipo siracusa e oliver, bicos, corações, aivecas, sapatas,

gigantes, rodas etc. Também recebiam encomendas de peças de ferro, bronze e alumínio para todo tipo de indústria (Diário de Pernambuco, 1970).

Em 1975, a Fábrica inova trazendo uma técnica para o mercado metalúrgico através da fabricação do Ferro Nodular, que pode agir como substituto do ferro 1045 e 1050. Para além da capital pernambucana, a Fábrica e Fundação Capunga também forneceu seus produtos (Figura 2) para indústrias nos estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Brasília (Diário de Pernambuco, 1975; 1972).



Figura 2: Propagandas da Fundação E. Lucena S.A. (Fundação Capunga). Fontes: Diário de Pernambuco, 1970 e 1972.

A Reutilização do Patrimônio Industrial Edificado da Antiga Fundação Capunga

Anexos ao edifício fabril da Fundação Capunga, encontram-se preservados a casa Lasserre, que teria sido uma das primeiras casas construídas no bairro e, posteriormente, a moradia do administrador da fábrica; um conjunto de casas conjugadas de porta e janela que possivelmente teria sido a antiga vila operária da fábrica, segundo informações contidas no documento “Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH” disponível no site da Prefeitura da Cidade do Recife. Tal documento fornece dados de registro de áreas inseridas no

perímetro urbano de Recife que contêm sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, e que devem estar sob constante manutenção, preservação e tutela do Estado de acordo com leis de cunho protetivo e preservacionista.

De acordo com Lei Municipal nº 16.176/1996 e seus devidos complementos, existem normas e diretrizes que devem ser seguidas no caso de interferências no uso e ocupação do solo em territórios da cidade do Recife, tais como: obras de infraestrutura; urbanização ou reurbanização; reformas; ampliação de edifícios e adaptações destes para determinados usos e atividades.

Para toda e qualquer modificação, devem ser consideradas previamente as variáveis físicas do espaço (condições geomorfológicas e do solo, por exemplo), assim como questões relacionadas às paisagens natural e construída contextualizadas. Dito isto, a área onde localiza-se o conjunto edificado da antiga Fundação Capunga insere-se numa ZDE, Zona de Diretrizes Especiais.

Segundo a legislação municipal citada, a área da Capunga corresponde a uma Zona Especial de Preservação Histórica-Cultural (ZEPH)¹¹, a qual ainda pode incluir setores de preservação rigorosa, que possuem importância histórico-cultural, além de setores de preservação ambiental, seja de áreas de transição ou circunvizinhas. Portanto, para a ZEPH 04, a área da Capunga abrange estas duas categorias, pois possui um conjunto edificado de valor e importância histórica e cultural para a cidade do Recife, e que por sua vez insere-se num setor de proteção ambiental, devido à proximidade com áreas estuarinas do rio Capibaribe.

Dessa forma, situações de obras e reutilização de todo ou parte do complexo construtivo da Capunga (Figura 3) precisam seguir parâmetros urbanísticos de zonas adjacentes de mesma importância e condição, tais como as zonas especiais dos bairros de Apipucos, Benfica, Boa Vista, Poço da Panela, Várzea, dentre outras áreas.

¹¹ A Zona 4, de acordo com a documentação citada, inclui dois trechos que abrangem a “Antiga vila operária da Fundação Capunga” e os “Quatro Cantos”, caracterizados por construções do século XIX.

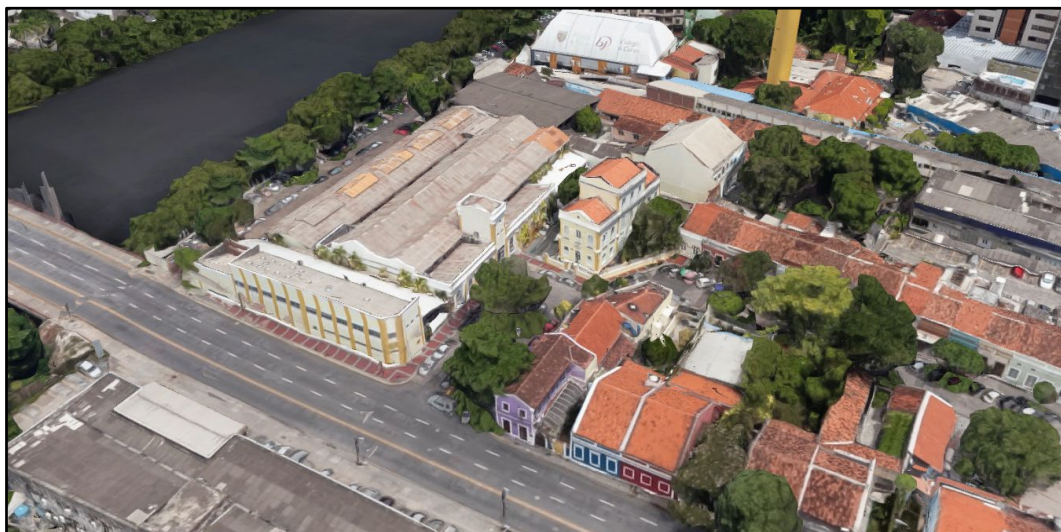


Figura 3: Conjunto construtivo da Fundação Capunga (Atual Bloco C e Reitoria da Uninassau, Bairro das Graças, Recife, Pernambuco). Fonte: Google Maps (2022).

De uma maneira geral, sob a legislação vigente no município, antes de qualquer ação impactante ao patrimônio edificado inserido em áreas especiais, é preciso estar atento às seguintes condições: não é permitido alterar a volumetria dos edifícios (processos de desmembrados, remembrados e acréscimos do edifício como um todo); ainda que sob consulta dos órgãos competentes, é preciso ter cautela nas modificações internas do imóvel; não pode haver descaracterização do imóvel (alterações estruturais e estéticas das fachadas); e quanto ao uso pretendido (habitacional ou não), é preciso ser feita uma análise prévia que considere questões como dimensão, iluminação e ventilação do edifício.

O edifício da antiga Fundação Capunga, a princípio não é tombado, mas a área na qual se insere está sob proteção por se tratar de uma zona especial de preservação histórico-cultural. Contudo, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014), o tombamento pode não ser a única forma de preservar bens culturais, mas é a primeira e uma das mais importantes ações protetivas que podem resguardar o patrimônio cultural. Além do processo de tombamento, o trabalho em conjunto dos poderes governamentais e o apoio das comunidades na preservação dos bens culturais também é necessário. O desenvolvimento urbano deve ser incentivado, mas de acordo com leis de preservação vigentes e, sobretudo, sem maiores danos ao patrimônio.

A função original do edifício da Fundação não existe mais, logo o prédio foi readaptado para o funcionamento de parte do campus do centro educacional de ensino superior da Uninassau. Os dois principais prédios do conjunto, a fábrica (Fundação) e a casa da sede administrativa (antiga casa Lasserre) (Figura 4), hoje abrigam o bloco C, local dos cursos de Direito e Gastronomia além de toda a infraestrutura de salas de aula, auditório e laboratórios, e a Reitoria, respectivamente.



Figura 4: Fábrica Loureiro Barbosa & Cia/Fundação Capunga e a residência Lasserre. Fonte: Álbum de Pernambuco (1911).

Para a instalação da estrutura da faculdade, ambos edifícios foram adaptados internamente de forma a atender as necessidades das atividades educacionais e administrativas. Não foi possível ter total acesso às dependências internas do prédio da fábrica, mas é visível a adequação de parte da planta para acomodar o projeto de paisagismo próprio que inclui corredores verdes; áreas de convivência e compartimentação de ambientes (salas de aula, por exemplo). Ainda sobre a área da fábrica, parte do piso original foi mantido (segundo informações de funcionários do atual estabelecimento); os gradis e portões de ferro, bem como algumas luminárias externas foram preservadas; a fachada principal foi inteiramente restaurada, mas manteve as feições estéticas que remetem ao antigo prédio fabril e os letreiros frontal e lateral da antiga Fábrica e Fundação Capunga também foram mantidos (Figuras 5 e 6).



Figura 5: Fachada principal da antiga Fundação Capunga (F. Lucena s/a). Atual bloco C da Uninassau. Fotos: Gepipe (2022).



Figura 6: Letreiros frontal e lateral (Fábrica e Fundação Capunga - E. Lucena s/a; Fundação Mecânica, Serralharia). Fotos: Gepipe (2022).

No que diz respeito a casa ou mansão Lasserre que abrigou outrora a sede administrativa da fábrica, hoje é a reitoria da Uninassau (Figura 7). O edifício, assim como a fábrica, também sofreu algumas alterações internas adaptativas e funcionais.

No pavimento térreo ainda é possível ver que mantiveram o piso original; portais e janelas, alguns gradis e luminárias externas também foram preservados; a mureta que cerca a casa foi inteiramente modificada; e as fachadas da residência, como um todo, ainda preservam as feições neoclássicas originais, mesmo após o processo de restauro.

Dentro do patrimônio cultural, de acordo com Choay (2001), os bens edificados ou arquitetônicos assumem uma relação intrínseca a fins úteis, estéticos e simbólicos. Como já foi mencionado, a funcionalidade de uma obra arquitetônica muitas vezes se sobressai ao papel simbólico como um meio de preservar e evitar o abandono, o que é uma das principais causas de desuso, degradação e desmonte do patrimônio edificado (Figura 8).



Figura 7: Fachada principal da possível casa do administrador da Fundação Capunga (casa Lasserre), atual Reitoria da Uninassau. Fotos: Gepipe (2022).

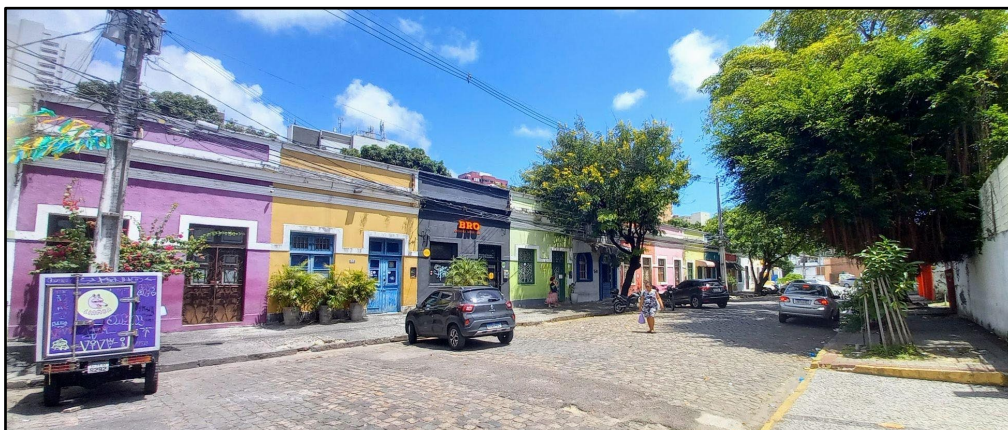


Figura 8: Casario anexo ao conjunto fabril da Fundação Capunga. Possível vila operária (hoje, comércio local). Fotos: Gepipe (2022).

A alternativa de reutilização do patrimônio industrial edificado não deve ser, sobremaneira, impensada e racionalizada como uma tarefa simples, pois ainda assim podem ocorrer riscos e danos maiores e, possivelmente, irreversíveis ao patrimônio. Logo, em conjunto à tarefa preservacionista, é importante realizar um levantamento do histórico e uso do bem edificado, a fim de criar um modelo de preservação que vá além da ordem prática e formal e que passe a incluir também valores de ordem histórica e simbólica.

No caso da Fundação Capunga, apesar da inacessibilidade aos ambientes internos e aos projetos originais de restauro arquitetônico, é possível perceber que o processo de reutilização de todo o complexo edificado voltou-se à adequação dos espaços de forma integrada, mas que atendessem ao propósito da própria função da instituição de ensino (conformação de um núcleo ou campus educacional setorizado). Ainda que a proposta funcional tenha destaque neste caso, nota-se que as características formais e estéticas do antigo prédio fabril foram, em sua maioria, reconhecidas, preservadas e conciliadas ao contexto histórico da zona de proteção especial da Capunga.

Considerações Finais

Algo notável é que uma das maiores problemáticas sobre o tema preservacionista do patrimônio industrial é o caráter de reconhecimento valorativo desse tipo de bem que pertence a um passado mais recente. De qualquer forma, o patrimônio industrial pode ser considerado testemunho de um passado que visava uma modernização tecnológica e econômica que,

indubitavelmente, deixaram marcas históricas importantes. Dito isto, é preciso ressaltar que além de toda a materialidade relacionada ao patrimônio industrial, o estudo dos aspectos imateriais atribuídos às noções de saber fazer, memória e sociedade também é imprescindível.

Porém, atualmente, é perceptível que em muitos casos o patrimônio industrial é incluído em uma lógica de reuso que abrange aspectos que valorizam mais o propósito funcional e econômico do que, de fato, a real finalidade que seria a própria preservação de sua historicidade e memória.

Dentro das noções conservativas e de reutilização dos bens culturais, hoje nota-se que é de fundamental importância pensar nesses processos de conservação intimamente relacionados a um desenvolvimento mais sustentável que valoriza e respeita a historicidade e as memórias dos espaços industriais ao mesmo tempo que atende as demandas econômicas e sociais em meio ao crescimento e transformações urbanas. Dessa forma, uma preservação sustentável a partir da reutilização de bens edificados para uso coletivo seria mais um meio que permitiria a longevidade e preservação do patrimônio industrial inserido em um contexto expansivo e destrutivo, como uma cidade em constante crescimento.

A cidade do Recife abriga uma diversidade de tipologias de patrimônio industrial que conta grande parte da sua história econômica e urbanística, assim como a do próprio Estado de Pernambuco. A falta de gestão desse patrimônio compromete o próprio reconhecimento, preservação e valorização dos atributos históricos e culturais que representam o desenvolvimento da cidade e sua população. Logo, este trabalho buscou dar mais visibilidade e divulgação sobre o patrimônio industrial de Pernambuco e principalmente da Região metropolitana do Recife, bem como dar continuidade a estudos que possam subsidiar futuras pesquisas de caráter multidisciplinar, tendo como foco a História, Arqueologia e Arquitetura industrial.

Referências

ÁLBUM de Pernambuco e seus arrabaldes. 1911. Recife: Lithographia F. H. Carls.

BARRETO, J. C. 2015. Nos teares da História: entre Fábrica e Escola, uma Restauração. Recife, Cepe. 169 p.

BERENSTEIN DE AZEVEDO, E. 2010. Patrimônio industrial no Brasil. *arq. urb.*, [S. l.], n.3, p. 11–22, em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>> (consultado em 27/09/2023).

CAMPAGNOL, G. 2012. Redefinindo o Espaço do Açúcar: reutilização, Patrimônio e Arquitetura Industrial. In: Colóquio Latinoamericano sobre a Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. 9, São Paulo. Iphan, em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_redefinindo_espaco.pdf> (consultado em 27/09/2023).

CASTORE, M. 2012. O Reuso do Patrimônio Industrial: o caso da antiga fábrica São Braz em Plataforma, Salvador. In: Colóquio Latinoamericano sobre a Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. 6, São Paulo. Iphan. em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_reuso_patrimonio_industrial.pdf> (consultado em 10/09/2023)

CHOAY, F. 2001. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp. 263 p.

COUTINHO, P. A. ; PESTANA, A. L. C.; DOURADO, J. R. S. 2023. Fratelli Vita e o patrimônio industrial em Salvador e Recife: delineamentos de duas faces da mesma história. In: VIII Encontro Estadual de História da Anpuh-SE, 2023, Aracaju. Anais do VIII Encontro Estadual de História da Anpuh Sergipe [livro eletrônico]: 200 anos de independência. Aracaju: Anpuh - SE. p. 158-175. Em: <<https://drive.google.com/drive/folders/10qCBS4n6Fp-44WAFmMAnPLSw678sT-HW>> (consultado em 10/09/2023)

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1825. Folha 4. Recife: 25 de fevereiro de 1835.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1842. Folha 5. Recife: 16 de março de 1842.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1915. Folha 7. Recife: 30 de dezembro de 1915.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1958. Folha 2. Recife: 22 de fevereiro de 1958.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1958. Folha 5. Recife: 23 de fevereiro de 1958

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1970. Folha 7. Recife: 28 de junho de 1970.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1972. Folha 7. Recife: 14 de maio de 1972.

FOOT, F.; LEONARDI, V. 1982. História da indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo: Global.

GONSALVES DE MELLO, J. A. 2001. Capunga: crônica de um bairro recifense. In: Pereira da Costa, F. A. Arredores do Recife. 2 ed. Recife: Editora Massangana, 174-193.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014. Patrimônio material. Tombamento, em <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes>> (consultado em 15/12/2022).

LANDGRAF, F. J. G.; TSCHIPTSCHIN, A. P.; GOLDENSTEIN, H. 1994. Notas sobre a história da metalurgia no Brasil (1500-1850). In: História da técnica e da tecnologia no Brasil. Cap. 5. São Paulo: UNESP, em <<http://www.pmt.usp.br/notas/notas.htm>> (consultado em 12/12/2022).

MEISTER, L. A. 2022. reutilização do patrimônio industrial de Marvila. Os usos atuais e a preservação da memória do trabalho fabril. Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural. Évora.

OLIVEIRA, T. B. 2019. Arqueologia Industrial: Inventário das fábricas de tecido da Região Metropolitana do Recife - século XIX e primeira metade do século XX. Universidade Federal de Pernambuco. Monografia.

PEREIRA DA COSTA, F. A. 1987a. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe, v. 2, 262-263.

PEREIRA DA COSTA, F. A. 1987b. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe, v. 7, 75-76.

PREFEITURA DO RECIFE. Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH. S/A. Recife em <https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lista_de_zephs.pdf> (consultado em 09/12/2022).

PRINCÍPIOS COMUNS ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial. 2011. Os Princípios de Dublin. em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>> (consultado em 17/09/2023).

RECIFE. 1996. Lei municipal nº 16.176. em <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16176/>> (consultado em 13/12/2022).

RODRIGUES, A. R. CAMARGO, M. J. 2010. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. *Revista CPC*. São Paulo, 10, 140-165.

ROSA, W. 2012. Preservação do Patrimônio Industrial e Direito à Moradia. Potencialidades de Preservação e Utilização da Vila Operária no Meio da Serra – Petrópolis/RJ. In: Colóquio Latinoamericano sobre a Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. 6, Anais. São Paulo, em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1194/>> (consultado em 10/09/2023).

SANTOS, N. P. 2009. A fábrica de ferro São João do Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889). Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História, 176 p.

SILVA, L. D. 2003. Capunga (Bairro, Recife). Pesquisa Escolar. Recife.

SILVA, M. T. M. 2020. A integridade visual da rua da Aurora no Recife: uma reflexão sob a perspectiva da Paisagem Urbana Histórica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 205 p.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH)-BRASIL. 2003. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, em <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>> (consultado em 14/09/2023).

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH)-BRASIL. 2018. Reutilização de sítios industriais: um desafio para a conservação patrimonial.

THIESEN, B. V. 2006. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência, Patrimônio. *Revista Eletrônica do Iphan*, Brasília, 4, 1-6.